

# Editorial

## Sobre notas de rodapé: Os percursos da pesquisa nos artigos acadêmicos de História

---

### Editorial

About Footnotes: The Research's Path in History Academic Papers

SILVIA LIEBEL\*

Na passagem do século XVII para o século XVIII, Pierre Bayle lançou seu *Dicionário Histórico e Crítico* (1697)<sup>1</sup> com um propósito expresso: através da objetividade e da crítica histórica, ele se volta a corrigir seus predecessores, notadamente o até então reverenciado dicionário de Louis Moréri (1683), objeto de dezenas de edições e numerosas traduções desde sua publicação original em 1674. Para alcançar seu objetivo, Bayle se vale do centro nevrálgico da prática historiográfica, a consulta às fontes, apresentadas como base para seus argumentos, assim como para numerosos pontos de vista conflitantes. A referência e os comentários – muitos deles críticos e mesmo satíricos – são deslocados

---

1 Originalmente publicado em dois volumes in-folio em Rotterdam, por Reinier Leers, o Dicionário foi ampliado por seu autor já em 1702, passando a contar com três volumes. Mesmo após a morte de Bayle, sua obra conheceu um alargamento prodigioso e prefigura a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert.

---

\* <https://orcid.org/0000-0002-7435-6902>  
Editora Chefe de *Varia Historia*  
Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História  
Av. Antônio Carlos 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil  
[liebel.seiziemiste@gmail.com](mailto:liebel.seiziemiste@gmail.com)



por Bayle para o aparato que não era nenhuma novidade, mas se torna, a partir de então, objeto incontornável para a fundamentação dos textos de caráter historiográfico: as notas de rodapé. Se não se pode lhe atribuir uma filosofia da história como a Vico, as bases para o rigor das publicações na área são lhe indubitavelmente tributárias.

As notas de rodapé assinalam os percursos de pesquisa do historiador e, como expressa Anthony Grafton (1999, p. 8), “conferem autoridade a um escritor”<sup>2</sup>. Em seu estudo sobre o tema, Grafton destaca suas duas funções primárias: persuasão – ao indicar que o autor efetivamente pesquisou o tema para falar com propriedade – e demonstração das bases de pesquisa. Ainda que não seja possível retrair exatamente como se chegou às conclusões apresentadas, as notas indicam que é possível fazê-lo, de alguma forma, a partir do material indicado (GRAFTON, 1999, p. 22-23). Elas revelam como a pesquisa aparece no texto historiográfico, deixando claro ao leitor que a narrativa produzida é mais do que uma expressão literária, seguindo os caprichos de cada autor ou autora. Ou seja, constituem-se na ponte entre a fonte e a interpretação.

A socialização do aparato que sustenta a prática historiográfica está, portanto, integrada ao rigor profissional e indica os fundamentos do caráter da pesquisa acadêmica. Se não há microscópios e tubos de ensaio envolvidos, nem por isso a disciplina abre mão de sua aura de cientificidade, a qual não deve ser reduzida em função de critérios que não foram pensados considerando suas especificidades. Nesse sentido, Cassirer explora as fronteiras impostas pelo propalado cartesianismo de uma experimentação “objetiva”:

A dúvida de Descartes é determinada pelo princípio de que não podemos confiar em nenhuma fonte de certeza que nos tenha iludido uma vez ou que contenha em si a possibilidade de nos iludir. Medido por esse critério, cumpre-nos rejeitar não só o testemunho da experiência sensível mas todo

---

2 Trad. livre da autora: “confer authority on a writer”.

o saber que não seja rigorosamente demonstrável, que não seja redutível a axiomas evidentes e à demonstração racional. Daí resulta que a dimensão da história fica inteiramente fora do círculo do ideal do saber cartesiano. Não existe o menor conhecimento de um fato que possa conduzir a esse ideal, à verdadeira *sapientia universalis*. (CASSIRER, 1992, p. 272-273)

Parâmetro das publicações atuais nas ciências duras e, de forma mais ampla, na chamada ciência aberta, a referenciação de dados estatísticos e procedimentos laboratoriais integram o esforço para reprodutibilidade dos resultados e, por extensão, validade de seu caráter científico. O enunciado das bases de uma pesquisa formam, contudo, uma seara diferente nas ciências humanas, que (ainda) privilegiam o olhar humano e a interpretação sobre o mecânico. A determinação da cientificidade necessita, portanto, de uma ampliação dos critérios – mesmo porque a dúvida, a demonstração e os efeitos da subjetividade desempenham papéis diferentes em toda a academia.

Pierre Bayle toma precisamente os fatos, reunidos em toda a sua falibilidade, e os torna a base para sua prática historiográfica, esforçando-se, como salienta Cassirer (1992, p. 273), para “operar a distinção clara e nítida do certo e do incerto, do ‘provável’ e do errôneo e do ilusório”. Hoje, devolvendo as verdades incontestes ao passado positivista que as buscou, a prática historiográfica ainda, busca, contudo, destacar os caminhos percorridos para as conclusões alcançadas e reforçar as perspectivas apresentadas no aparato das notas de rodapé.

Dito isso, cabe ressaltar que dificilmente um mesmo conjunto de fontes elencado promoverá conclusões idênticas. Se podemos destacar a consulta à determinada caixa de documentos preservada na Torre do Tombo ou na BnF, ou ainda a entrevista realizada em um trabalho de campo, o olhar do pesquisador, sua formação e visão de mundo resultarão em narrativas plurais sobre um mesmo material. Apesar da experiência não se repetir, isso não invalida o esforço para promover o acesso à documentação ou ao repertório bibliográfico, afinal, interpretações,

mesmo que divergentes, continuam tendo seu lugar nas notas, com o uso do *cf.* (compare, que serve tanto para minimizar outras visões, relegando-as ao espaço mínimo das notas, quanto para indicar aquilo que não coube no espaço pré-determinado de um artigo).

As notas de rodapé não conseguem, naturalmente, esgotar todo o material disponível sobre um tema, especialmente em face da retração massiva que têm sofrido nos periódicos nacionais da área de História, em vista de elusivas necessidades de diagramação.<sup>3</sup> Ao padronizar os textos com o poluente formato autor-data, os periódicos, de forma geral, reservam o rodapé para comentários, referência de fundos arquivísticos e traduções. Elas não devem encerrar o texto em si, deslocando aquilo que não se conseguiu alocar no corpo do artigo. É preciso saber desapegar do material que fundamenta a pesquisa mas que, nem por isso, é publicável – especialmente no quadro de um texto de 10 mil palavras.

Elas não deixam, contudo, de concentrar de mais a mais funções que lhes foram destinadas por Bayle: constituir a base de da evidência sobre a qual um manuscrito se constrói e servir à verificação, introduzindo os leitores nos caminhos percorridos ou nas possibilidades. Ao elaborar um dicionário histórico, um “dicionário de erros” como aponta Anthony Grafton (1997, *passim*), Bayle defendia que não lhe cabia colorir os eventos ou registrar apenas os mais adequados à boa moralidade cristã. Sem tentar evadir a censura, o autor refina o método historiográfico e lhe fornece as características que ainda são contestadas por seus detratores, três séculos mais tarde: um sério trabalho historiográfico não recorta suas fontes para agradar quem quer se seja.

A recepção do *Dicionário Histórico e Crítico* naturalmente expôs uma profunda divisão em uma história que ainda não era História, uma área nebulosa que Jean Le Clerc, contemporâneo de Bayle, esforçava-se para dar contornos. Ao assinalar a fiabilidade do ofício através dos

---

3 Mesmo a *Varia Historia* advoga um uso parcimonioso de notas de rodapé, optando por seus artigos serem carregados de parênteses, caixas altas, datas e números de página. A revista não está sozinha na prática e a ironia é, naturalmente, intencional, na medida em que a posição na editoria é efêmera e nunca deve transcender sua razão de existir, que é a continuidade da revista.

indícios fornecidos pelas fontes, Le Clerc separava os historiadores dos retóricos que não se cansavam de reproduzir e engrandecer narrativas, sem se importar com sua credibilidade (GRAFTON, 2007, p. 8). Nesse contexto de transformações na prática historiográfica, mesmo com o avanço de reflexões sobre o método ganharem espaço, Bayle foi repetidamente acusado de ser perder em minúcias. Isso não impediu sua obra de compor “a matéria de leitura favorita de quase todo literato europeu por boa parte do século seguinte.”<sup>4</sup> (GRAFTON, 1999, p. 194)



O número 73 de *Varia Historia* é composto por artigos livres que sublinham a vocação da revista em oferecer ao público manuscritos das mais distintas áreas da historiografia, mesclando nomes reconhecidos dos cenários nacional e internacional e jovens pesquisadores. Abrindo a seção, José Pedro Paiva apresenta a trajetória do bispo Pedro Fernandes em meados do século XVI a partir da perspectiva da História Global. No universo colonial, Luciana da Silva envereda pela cultura material para retratar a composição dos domicílios na São Paulo da primeira metade do século XVII, enquanto George Félix Cabral de Souza analisa as dimensões da fiscalidade e os conflitos que lhe eram inerentes em Pernambuco, um século mais tarde. Ronald Raminelli analisa os discursos abolicionistas e escravistas na virada do século XVIII para o XIX em perspectiva comparada, a partir dos debates desenrolados no Brasil e em Cuba. Na transição do Império para a República, Rodrigo Camargo de Godoi retrata os processos criminais envolvendo injúria e calúnia a partir da difusão da prensa em São Paulo. Já no Brasil republicano, Antonio Maurício Dias da Costa expõe as múltiplas sociabilidades envolvidas nos grupos de boi bumbá na Belém das décadas de 1920 e 1930. No contexto da ditadura, Higor Codarin estuda a biografia da militante do MR-8 Vera Sílvia Magalhães, especialmente a partir de seu

---

4 Trad. livre da autora: “the favorite reading matter of joust about every literate European for much of the next century.”

exílio no Chile e do golpe sofrido por Salvador Allende. Ainda na América Latina, Gerardo Caetano oferece aos leitores e leitoras da *Varia* uma síntese do chamado “impulso republicano” na formação uruguaia. No último artigo, Pedro Telles da Silveira reflete sobre os efeitos na esfera pública das tecnologias digitais, notadamente como elas impactam os processos de lembrança e esquecimento.

A seção de resenhas fecha o número, com textos de Maria Emilia dos Santos acerca de obra dedicada aos ladrões no Recôncavo Baiano na época da abolição, e de João Batista Nascimento Gregoire sobre o papel do negro na formação política nacional com a Ala Negra Progressista, em meados do século XX. *Varia Historia* persiste como uma revista de acesso aberto e gratuito, para seus autores e leitores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYLE, Pierre. Dictionnaire historique et critique. Rotterdam: Reinier Leers, 1697. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50432q?rk=214593;2#> >. Acesso em: 14 dez. 2020.
- CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- GRAFTON, Anthony. *The Footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- GRAFTON, Anthony. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MORÉRI, Louis. *Grand dictionnaire historique, ou le mélange curieux de l'histoire sacrée et profane...* Lyon: Jean Girin & Barthélemy Rivière, 1674. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57119827> >. Acesso em: 14 dez. 2020.